

Mensuração a *Fair Value* no Brasil: os debates teóricos o favorecem?

RESUMO

Este artigo tem como objetivo avaliar a produção científica referente a mensuração a *fair value* no Brasil, a partir do que foi publicado nos principais periódicos da área contábil no país desde 2006, quando foi publicada a minuta de avaliação a *fair value*, que viria a se tornar a IFRS 13. Com uso de metodologia de análise de conteúdo, a partir da avaliação dos artigos e de seus respectivos achados, foi possível perceber que o debate tem sido favorável, mas com manifestação de preocupação por parte dos pesquisadores em torno de alguns pontos que ainda não estão claros ou não evidentes nas práticas brasileiras. Existe a preocupação em torno do entendimento conceitual e dos fundamentos práticos do *fair value*. Percebe-se ainda críticas sobre o uso do *fair value* em contextos econômicos específicos, como os de crise financeira, e o uso do julgamento e subjetivismo, que não são comuns no contexto brasileiro, podendo levar a práticas indevidas. Ademais, é apontada a necessidade de maior debate no âmbito acadêmico e o não rompimento brusco com métodos baseados em custo histórico.

Palavras-chave: Contabilidade, Mensuração de ativos, *Fair value*, subjetividade.

1. INTRODUÇÃO

O surgimento da contabilidade se deveu a busca por medir e controlar o patrimônio e como resposta a necessidades de informações da sociedade desde muito tempo, e segue evoluindo para se adaptar às circunstâncias e exigências do mercado (IUDICIBUS; MARTINS, 2007). A sua evolução como área do conhecimento e como técnica vem ocorrendo na medida em que os desafios envolvendo questões de ordem econômica precisam de respostas novas (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2012).

A teoria clássica da economia, ao menos em tese, conseguiu responder durante muito tempo às questões envolvendo as relações entre os agentes econômicos. No entanto, a elevação da complexidade das relações econômicas fez com que a contabilidade viesse a dar conta das questões que a teoria clássica não contemplava adequada ou suficientemente (LOPES; MARTINS, 2012).

Fundamentado no princípio de utilidade, um dos desafios da contabilidade está no processo de avaliação patrimonial sendo motivo de diversas pesquisas no âmbito científico e de profundas discussões teóricas, com eventuais confusões conceituais e debates intensos, como destaca Martins (2000). Determinar critérios para definir e avaliar ativos, por exemplo, faz parte do debate teórico desde muito tempo e parece não ter se esgotado.

A evolução teórica do conceito de ativo e, mais ainda, de sua mensuração, vem merecendo atenção desde muito tempo (ALMEIDA; EL HAJJ, 1997). Dos conceitos baseados no custo histórico até aqueles baseados em mercado existem inúmeras discussões sobre avaliação patrimonial, e de ativos em particular, que rendem estudos relevantes e mudanças nos estabelecimentos dos órgãos reguladores e dos comitês internacionais de contabilidade, buscando integrar conceitos (LUSTOSA, 2010).

Dos diversos outros métodos de avaliação patrimonial e de ativos, sustentados nos critérios de entradas e saídas, conforme destaca Tinoco (1992), cabe destaque o valor justo (*fair value*), que tem encontrado, muito além dos pronunciamentos dos colegiados do *Financial Accounting Standards Board* (FASB) e *International Accounting Standards Board* (IASB) e mais recentemente do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), terreno fértil

para discussão, conforme apontam trabalhos como os de Penman (2007), Ryan (2008), Laux e Leuz (2009), Oliveira *et al.* (2010) e Lustosa (2010).

Com a recente empreitada brasileira de convergência às normas internacionais de contabilidade, é natural que esse debate se estenda em nível nacional. Dada sua relevância ao ambiente de mensuração dos ativos, que sempre foi um tema controverso no campo da contabilidade (MARTINS, 2000) e ainda a percepção de que esse é um dos assuntos mais expressivos no contexto teórico e prático da área (GUERREIRO *et al.*, 2005), é pertinente avançar com estudos que evidenciem o nível das discussões teóricas atualmente realizadas.

No caso do presente estudo o foco é o avanço das discussões no âmbito brasileiro, por conta dos recentes passos na busca da convergência internacional da contabilidade. Assim, o objetivo desse estudo é o de verificar as discussões no âmbito científico realizados sobre a mensuração a valor justo, apresentados desde 2006 nos principais periódicos de contabilidade publicados no Brasil.

Assim, para responder a questão de pesquisa sobre “quais as discussões teóricas que têm sido realizadas nas publicações científicas brasileiras de contabilidade sobre *fair value*?” será empregada metodologia empírico-analítica com base na análise de conteúdo de artigos nos principais periódicos nacionais de contabilidade.

O estudo se justifica por trazer à tona discussões teóricas sobre um tema que tem sido foco de diversos debates em nível internacional, que mostram os desafios em torno da avaliação a *fair value* (LAUX; LEUZ, 2009), e que tem por trás de si todo um aparato teórico de décadas, referente aos métodos de mensuração de ativos, buscando ser a solução aos problemas de avaliação patrimonial (PENMAN, 2007), que costumam chamar a atenção especialmente em tempos de crise (RYAN, 2008). Avaliar a linha dos debates no âmbito nacional é pertinente como forma de verificar se as discussões são ou não incentivadoras ao avanço da prática do *fair value*.

2. PLATAFORMA TEÓRICA

A discussão dos conceitos de ativos e sua mensuração tem sido um dos mais efervescentes debates dentro do campo da contabilidade (MARTINS, 2000). Tal debate ganha nuances complexas e confusas muitas vezes, vista a divergência entre os grupos que estão no âmbito desse embate e que Hendriksen e Van Breda (2012) denominam de historiadores e futuristas.

A aplicação de critérios de mensuração baseado em mercado não é assunto atual, sendo pauta de muitos estudos teóricos como destacam (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2012) e já vinha sendo praticado no mercado financeiro desde o início dos anos 2000, com base no SFAS 133 (*Accounting for Derivative Instruments and Hedging Activities*), que trata de contabilidade de derivativos e outros instrumentos financeiros e que já rendia muitas discussões, especialmente na relação entre relevância e objetividade (LOPES; MARTINS, 2012).

Reside aí um dos grandes dilemas da contabilidade, a relação entre objetividade e relevância (OLIVEIRA *et al.*, 2010). O custo histórico tem como principal vantagem a sua objetividade, sendo uma “inteligente distribuição de fluxos de caixa das transações ocorridas”, mas que não inclui “fatos geradores de caixa ainda por ocorrer” (MARTINS, 2000, p.30).

Logo, quando se trata de relevância para o processo decisório, a informação do valor dos fluxos de caixa passados pode não fazer tanta importância quanto os fluxos de caixa atuais e futuro.

Essa discussão é uma das mais expressivas no campo da avaliação de ativos e dos estudos teóricos sobre mensuração, sendo esse considerado um debate “furioso” (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2012, p.304). Enquanto tal debate sobre objetividade e relevância segue pelos bastidores, a ação dos órgãos normatizadores segue na direção da mensuração a valor justo (*fair value*), abrindo espaço para a subjetividade, para o julgamento e para polêmicas em torno de sua aplicação, desde seu conceito (IUDÍCIBUS; MARTINS, 2007).

O *Conceptual Framework* publicado em parceria pelo FASB/IASB elevou o grau de subjetividade e da importância da informação contábil em detrimento das exigências de objetividade e verificabilidade. Isso, em tese, promove um aumento de relevância dos procedimentos de julgamento por parte dos profissionais contábeis, mas abrindo espaço para um amplo debate sobre os desdobramentos em torno dessas questões.

2.1 Visões teóricas sobre *fair value*

As discussões em torno dos métodos de mensuração de ativos não é recente, já tendo ocorrido debates em âmbito teórico desde o início do século passado, apontando para a divergência entre critérios de avaliação a valor de entrada e saída, como mostram as valiosas contribuições de Limperg, Paton, Chambres, Edwards e Bell (ALMEIDA; EL HAJJ, 1997).

O advento de critérios de avaliação a valor de mercado, também conhecida como marcação a mercado (*mark-to-market - MTM*) se mostrou um avanço nos processos de mensuração e o valor justo, que abrange os critérios de MTM, é considerado um “enorme salto sobre as formas tradicionais de avaliação” (IUDÍCIBUS; MARTINS, 2007).

Se por um lado, o método do custo histórico trás consigo a praticidade e a objetividade de se considerar um valor de entrada indiscutível, pautado nos valores dos fluxos de caixa desembolsados para obtenção do ativo; o *fair value* carrega consigo toda a potencial carga de subjetividade e eventual desconfiança (LUSTOSA, 2010). Ao considerar a palavra “valor” onde antes se lia “custo”, a coisa fica ainda mais subjetiva (RAUPP; BAUREN, 2006).

A discussão ganha contornos polêmicos que perpassam pelo entendimento da própria definição de *fair value*. Partindo do conceito do FASB, que buscou no SFAS 157 integrar o entendimento de uma expressão que apareceria em vários pronunciamentos de maneira disforme e dispersa (LUSTOSA, 2010), tem-se que *fair value* é “preço que seria recebido na venda de um ativo, ou pago na transferência de um passivo, na data da mensuração, em uma transação normal entre participantes do mercado” (FASB, 2007). Essa definição praticamente foi mantida no *International Financial Reporting Standard 13 – Fair Value Measurement* (IFRS 13) emitido em 2011.

Já desta definição partem diversas interpretações que podem levar a considerações controversas. Ao utilizar o verbo no hipotético tempo do futuro do pretérito, o avaliador já se situa em uma condição de “limbo conceitual com tendência a levá-lo diretamente para o inferno da indefinição. Ao considerar como ‘justo’ um valor apurado em um contexto de mercado” (IUDÍCIBUS; MARTINS, 2007, p.11).

A contabilização a *fair value* foge aos padrões típicos das mensurações a valor de entrada e saída. Embora o conceito apresentado pelo FASB traga em si o “preço recebido pela venda”, o que poderia denotar um valor de saída. Mas não parece ser simples assim, e o assunto gera debate, como apontam Iudícibus e Martins (2007). Existe o entendimento de que o *fair value* pode assumir posições de preços de entradas ou saídas, como substituto ao custo histórico ou como valor de mercado observado para ativos em negociação, assumindo um perfil de “modelo misto” (PENMAN, 2007).

Em condições ótimas, o *fair value* considera que o ativo seria transacionado em um mercado regular e organizado, em condições justas, por agentes que manifestam interesses em comum em transacionar o ativo, mas em condições impositivas (LOPES; MARTINS, 2012). Notadamente, o mercado não é tão regular assim e pode ocorrer de não haver mercado ativo ou o ativo ser de baixa liquidez ou personalizado. Para isso, foram estabelecidos níveis de mensuração do ativo em condições como essa.

O pronunciamento SFAS 157 (FASB, 2007) estabelece três níveis de mensuração, conforme Quadro 1 a seguir, adaptado com informações complementares de Lustosa (2010):

MERCADO	CARACTERÍSTICAS E ATUAÇÕES
Nível 1	Quando houver disponibilidade de preços cotados em mercados em atividade para ativos e passivos idênticos e que a entidade que reporta tenha condição de acessá-los na data da mensuração.
Nível 2	Quando outros <i>inputs</i> , exceto preços cotados, estiverem disponíveis para o ativo ou passivo de modo direto ou indireto. São exemplos desses <i>inputs</i> : preços de ativos ou passivos similares em mercados ativos; preços do mesmo (ou similar) ativo ou passivo em mercados não ativos, onde há poucas transações, ou os preços variam bastante no tempo ou entre operadores do mercado; taxa de juros e de câmbio etc.
Nível 3	Quando não há <i>inputs</i> observáveis para a mensuração do valor justo, que deverá ser calculado nesses casos com o uso de técnicas de avaliação. Ocorre em situações de inexistência de mercado ativo para o ativo ou passivo. A lógica de preço de saída da definição, mesmo nesses casos, deve prevalecer, e a empresa terá que estabelecer suas próprias premissas de como os participantes do mercado avaliariam o ativo ou passivo podendo, para tanto, usar suas informações internas e ajustá-las ao nível de conhecimento que os participantes do mercado teriam destas.

Quadro 1: Níveis de aplicação do *fair value* e suas características.

O Nível 1 ocorre quando o mercado para o ativo existe e é ativo, ao ponto do *fair value* ser confundido com o valor de mercado (LOPES; MARTINS, 2012). O grau de subjetividade desse mercado é menor e os preços são observáveis e acessíveis sem grandes embaraços. Diferente dos Níveis 2 e 3, em especial esse último, em que o uso de instrumentos de estimação é requerido. Nesses casos, o *fair value* depende de fatos e circunstâncias do mercado e pode requerer o uso de julgamento significativo (SFAS, 157).

O contexto de mercado, por sua vez, pode se mostrar favorável, nos tempos em que a economia está em franco processo de expansão e os preços estão em tendência de estabilidade ou crescimento, como também pode caminhar no sentido inverso, promovido por um contexto de retração econômica ou mesmo crise dos mercados. Essas variações típicas do mercado influenciam o comportamento dos preços dos ativos e naturalmente a percepção de valor e aceitação por parte dos agentes do que seria considerado “justo”, especialmente em tempos de crise (LAUX; LEUZ, 2009; OLIVEIRA *et al.*, 2010).

2.2 Sob condições (a)normais

O que parece estar ocorrendo é que os agentes entendem que o uso de métodos fundados em custo histórico não dá conta das necessidades preditivas e de tomada de decisões sobre o futuro dos negócios (MARTINS, 2000), mas por outro ainda não há um consenso quanto ao *fair value* ser a alternativa mais adequada, como mostra o estudo de Plantin et al. (2008).

Se o poder informativo trazido pela mensuração a *fair value* é considerado maior e mais próximo da visão do mercado (LOPES, 1999), ocorre que os agentes ainda não estão prontos para assumir uma perda de valores de mercado tão expressiva quanto a que acontece em momentos de turbulência econômica, levantando suspeitas sobre o *fair value* ser um catalisador ou agravador dos efeitos da queda de preços nos tempos de crise (LAUX; LEUZ, 2009).

A ausência de critérios lineares para avaliação, devido à complexidade de se mensurar o valor de ativos em mercados de baixa liquidez, é outro ponto que coloca o *fair value* sob crítica (LUSTOSA, 2010). O próprio IASB reconhece que existem severas críticas ao *fair value* levar a prática de imprudência, em que se elevaria o valor de ativos e se reconheceria ganhos inexistentes ou deixaria de aceitar perdas existentes (HOOGERVORST, 2012) por conta de uma subjetividade irresponsável.

A recente crise ocorrida com o mercado de hipotecas americano derrubou o preço dos ativos financeiros em todo o mundo, o que lançou dúvidas sobre a prática do *fair value* como um elemento de agravamento da crise (LAUX; LEUZ, 2009). A comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos (*U.S. Securities and Exchange Commission – SEC*) chegou a emitir um relatório a fim de deixar clara sua posição em relação ao uso da contabilidade a *fair value* (SEC, 2008). No referido documento a SEC manifesta, dentre outros elementos, que a mensuração a *fair value* deve ser melhorada, mas não suspensa e que devem ser desenvolvidos instrumentos de elevação dos padrões de avaliação a mercado e uso do bom senso (SEC, 2008).

O fato de se voltar para diferentes usuários e objetivos, o *fair value* pode atender a interesses divergentes, satisfazendo a alguns usuários em detrimento a outros em certos momentos (PENMAN, 2007). O fato de a contabilização a *fair value* não estar ainda amadurecida e ser preciso maior objetividade em sua mensuração (IUDÍCIBUS; MARTINS, 2007) permite que dúvidas sobre sua relevância sejam levantadas.

E em função disso e das peculiaridades que cercam ambientes controvertidos como os de crise dos mercados, a discussão em torno da utilização do custo histórico em alternativa ao valor de mercado ganha relevância, como no estudo de Allen e Carletti (2008). A marcação a mercado tem sido questionada em termos de ser uma solução ideal e plena a todos os problemas (PLANTIN, et al. 2008), uma vez que os preços saem das faixas consideradas coerentes em momentos de crise.

Os episódios envolvendo crises e a validação a preço de mercado, recheada de movimentos especulativos, especialmente no mercado financeiro, lançou foco sobre a validade dos instrumentos de contabilização a valor de mercado em situação de elevada sensibilidade dos agentes ao risco, como já haviam verificado De Bondt e Thaler (1985). Esse comportamento de reação exagerada, também conhecido como “efeito manada” é estudado na

área das finanças comportamentais (BARBERIS; THALER, 2003) e está no campo da subjetividade analítica dos agentes.

A aceitação da subjetividade no contexto da mensuração contábil pode ser considerada recente, visto que durante muito tempo se conviveu com a objetividade dos custos. A prudência das estimativas, quando essas eram feitas, rendiam linhas de atuação relativamente estáveis, independente dos acontecimentos na realidade econômica. Um processo de mudança era inevitável e naturalmente esperado, vista a elevação da complexidade das relações entre os agentes no mercado.

Notadamente essas mudanças não ocorreram de modo instantâneo, são reflexos de um processo que se desdobra desde décadas (HOWIESON, 2003). A reestruturação de práticas contábeis é comum de tempos em tempos, como no caso da grande repressão de 1929 (LUSTOSA, 2010).

Segundo Martins e Santos (2008) a saída para se evitar aplicações incoerentes com os fundamentos do *fair value*, baseadas em julgamento, está na prática de uma expressão cunhada pelo professor Iudícibus, chamada “subjetivismo responsável”, que se deve a realizar práticas que envolvem julgamento de forma sensata e coerente.

3. METODOLOGIA

Buscando atingir os objetivos do presente estudo, a metodologia utilizada foi delineada sob as bases de uma pesquisa exploratória do tipo descritiva e qualitativa, valendo-se da identificação de produção científica sobre o tema “*fair value*” ou “valor justo” nas publicações da área contábil brasileiras.

A pesquisa do tipo documental, como sugerem Martins e Theóphilo (2009), se vale de fonte de dados considerada primária, enquanto que a pesquisa bibliográfica se sustenta em dados secundários. Essa pesquisa, dada a sua fonte de dados, que são os artigos publicados em periódicos brasileiros sobre tema específico poderia ser confundida, em princípio, com a do tipo bibliográfica, não fosse o caso dos artigos serem o objeto sobre o qual o estudo se dedica e que, como destaca Bauren (2006), são materiais que ainda não receberam tratamento analítico.

Para a análise e interpretação dos dados foi utilizada a análise de conteúdo que é utilizada, conforme Martins e Theóphilo (2009), como complemento a pesquisa documental, sendo válida para fins exploratórios, como é o caso do objetivo da pesquisa em questão.

O universo da amostra se refere aos periódicos publicados no Brasil na área contábil. Desse universo, foi estratificado os periódicos que constavam da lista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e que tinha um padrão de qualidade Qualis A ou B, que sinalizam os periódicos de melhor qualidade em termos de relevância do conteúdo publicado. Com isso, foram identificados um total de trinta e dois periódicos que atendiam a esse requisito.

Como o objetivo da pesquisa era o de avaliar o debate sobre o tema *fair value* ou valor justo, foram feitas consultas nos respectivos periódicos, com base em um filtro de pesquisa com os seguintes termos no título dos artigos ou objetivo: “*fair value*”, “valor justo”, “avaliação de ativos”, “mensuração de ativos”. Foram consultados apenas os artigos publicados a partir de 2006, ano em que o FASB e IASB publicaram o memorando de

entendimento sobre *fair value* para emissão do que viria a ser o *International Financial Reporting Standard 13 – Fair Value Measurement* (IFRS 13).

Com base nesses critérios de estratificação da amostra, foram encontrados artigos com referência aos temas procurados em catorze periódicos, conforme Tabela 1, que expõe a lista dos periódicos, sua classificação pelo Qualis da CAPES e o número de artigos inicialmente encontrados com os temas em questão, que variou de um até seis em um mesmo periódico.

Dessa seleção inicial foi feita avaliação criteriosa dos objetivos e metodologia, observando se o estudo estava focado em contexto brasileiro ou se os autores utilizavam como base de referências o mercado nacional. Com isso, foram percebidos que havia alguns artigos que estavam com base em outros contextos ou utilizavam base de dados de outros países, como Portugal e Colômbia, por exemplo, o que fez com que oito artigos fossem excluídos da amostra, restando um total de vinte artigos na base de dados final do presente estudo.

Em seguida foram feitas avaliação dos objetivos e análise do conteúdo das considerações finais, destacando a relevância dos achados na direção de demonstrar se tem havido por parte dos estudiosos brasileiros um debate mais favorável ou mais afinado com o que se poderia entender como aceitação do *fair value* como método de avaliação de ativos ou se há, por outro lado, um debate mais de discordância dos princípios, métodos, práticas e consequências que o *fair value* pode redundar.

TABELA 1: Periódicos consultados

Título do Periódico	Entidade Responsável	Qualis Capes	Número de Artigos Encontrados
Base – Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)	B2	1
<i>BBR – Brazilian Business Review</i>	FUCAPE Business School	A2	1
Contabilidade Vista & Revista	Departamento de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais	B1	1
Contabilidade, Gestão e Governança	Universidades Federais de Brasília, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e Universidade de Brasília	B2	2
Contexto	Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Contabilidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	B3	2
Enfoque: Reflexão Contábil	Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Maringá (UEM)	B2	1
Pensar Contábil	Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro	B3	6
Revista Ambiente Contábil	Departamento de Ciências Contábeis (DCC) da UFRN	B3	1
Revista Contabilidade & Finanças	Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração em Contabilidade da Universidade de São Paulo (EAC/FEA/USP).	A2	3
Revista Contemporânea de Contabilidade	Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	B3	1
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (on-line)	Mestrado em Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio de Janeiro	B4	2
Revista de Contabilidade e Organizações (RCO)	Departamento de Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto e do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade FEA-RP da Universidade de São Paulo - USP	B1	1
Revista Universo Contábil	Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau (PPGCC/FURB)	B1	5
Sociedade, Contabilidade e Gestão	Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro	B3	1
TOTAL			28

Fonte: Pesquisa do autor com dados da CAPES e periódicos.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme exposto na Tabela 1 foram identificados inicialmente vinte e oito artigos relacionados de alguma forma com o tema *fair value*. Os referidos documentos foram avaliados a partir de seu título, objetivo e considerações finais, buscando identificar se os

resultados obtidos e conteúdo dos argumentos dos autores apontam pontos fortes ou fracos do tema em questão e se, a partir desses resultados, o *fair value* é favorecido ou questionado como técnica de mensuração de ativos com base nas publicações científicas no âmbito brasileiro.

Após ser feita triagem mais apurada da amostra, foram eliminados oito artigos que não atendiam os requisitos estabelecidos, restando um total de vinte artigos, cujo perfil é exposto na Tabela 2 a seguir.

TABELA 2: Objetivos dos artigos listados por periódicos

Título do Periódico	Ano de Publicação	Objetivo
Ambiente Contábil	2012	Analisar a opinião dos contadores e professores, da graduação e pós-graduação em Ciências Contábeis, acerca da mensuração a valor justo, conforme normas do FASB e do IASB.
BASE – Unisinos	2012	Avaliar se a evidenciação e a divulgação contábeis, efetuadas pela União, do uso dos depósitos judiciais atendem aos princípios da teoria contábil e da gestão fiscal responsável, com a produção de informações transparentes, confiáveis e relevantes.
BBR – <i>Brazilian Business Review</i>	2008	Verificar se existem diferenças significativas entre os índices das empresas que fazem reavaliação e os índices das que não fazem, apresentando assim, um perfil econômico-financeiro dos dois grupos de empresas.
Contabilidade, Gestão e Governança	2009	Analisar os artigos de natureza empírica sobre o <i>impairment test</i> que foram publicados em <i>journals</i> em língua inglesa a partir do ano 2000.
	2009	Pesquisar como está a situação no Brasil com relação aos ativos intangíveis e compará-la com os demais sistemas contábeis
Revista Contabilidade & Finanças	2006	<i>Analizado el impacto en La volatilidad de los resultados y fondos propios de los bancos que operan en Brasil, como consecuencia de la implementación del criterio de evaluación y registro a valor razonable para los TVM y derivados.</i>
	2006	Utilização da remuneração a funcionários baseada em ações, utilizando a mensuração a valor justo das opções de ações, para fins de determinação da remuneração.
Revista Contemporânea de Contabilidade	2008	Discutir os impactos da adoção do <i>fair value</i> no Brasil.
Pensar Contábil	2011	Elucidar o conceito de <i>fair value</i> aplicado a ativos tangíveis, particularmente o estoque e o ativo imobilizado.
	2011	Discutir as avaliações do ativo e os métodos de reconhecimento da flutuação do poder aquisitivo da moeda e à necessidade de instrumentos adicionais de atualização monetária.
	2008	Demonstrar o processo de mensuração do valor econômico de ativos imobilizados por meio da integração conceitual do <i>fair value</i> e do <i>impairment</i> em uma rede de fotocópias.
	2012	Avaliar o grau de observância das disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 29, em relação aos ativos biológicos e produtos agrícolas, por três grandes empresas do agronegócio brasileiro na área de alimentos e atividades frigoríficas: JBS, Brasil Foods e Marfrig Group.
	2007	Analisar a propriedade e adequação da utilização das técnicas mais usuais de avaliação de empresas em perícias contábeis mediante o estudo de cinco laudos periciais.
Revista de Contabilidade e Organizações (RCO)	2009	Analisar o impacto da Deliberação CVM n.º. 566/08 e da Instrução CVM n.º. 475/08 no disclosure de informações de operações com instrumentos financeiros derivativos das companhias abertas no Brasil.

Enfoque: Reflexão Contábil	2011	Avaliar como as empresas geram informações que espelhem nas demonstrações financeiras a verdadeira representação dos ativos e passivos das empresas.
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (on-line)	2011	Verificar o que as empresas de capital aberto brasileiras têm divulgado a respeito da utilização do valor justo em ativos.
Sociedade, Contabilidade e Gestão	2008	Verificar a incidência do <i>fair value</i> nas normas contábeis brasileiras, apresentando os seus métodos de avaliação.
Revista Universo Contábil	2011	Verificar o impacto da avaliação de ativos pelo custo corrente em empresas de tecnologia da informação.
	2008	Analisar os efeitos da utilização dos critérios estabelecidos para o reconhecimento e mensuração dos ativos biológicos em relação aos impostos diferidos e verificar o tratamento dispensado a esses ativos e passivos pelas empresas que exploram a atividade rural de pecuária no Estado de Mato Grosso.
Contabilidade Vista & Revista	2011	Verificar se as companhias de capital aberto que reconheceram redução no valor recuperável de ativos em 2008 seguiram as normas de divulgação contidas no CPC-01.

Fonte: Pesquisa do autor com dados dos periódicos pesquisados.

Nota-se uma maior concentração de publicações nos anos de 2011 e 2012, com seis e três publicações, respectivamente. Nesses anos a discussão sobre *fair value* ganha força com a publicação do IFRS 13 – *Fair Value Measurement*. Neste período no Brasil começa a vigorar o CPC 01 referente à “Redução ao Valor Recuperável”, conhecido por *impairment test*. A busca por entendimento do impacto dessas normas foi evidente no contexto acadêmico e de mercado.

Dos vinte artigos estudados, nota-se que nenhum deles apresentou argumentos evidentemente negativos à prática do *fair value* como método de mensuração de ativos. No entanto, foram discutidas preocupações em torno da assimilação por parte de preparadores das demonstrações, bem como das entidades em geral, sobre os processos de mensuração e evidenciação a *fair value*.

A partir da análise de conteúdo, por meio da avaliação dos achados e considerações apresentadas pelos autores dos artigos avaliados, foi possível identificar os pontos mais relevantes destacados nos referidos estudos, conforme Quadro 02.

PONTOS RELEVANTES
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Fair value</i> como método de mensuração mais adequada à realidade econômica dos negócios e natureza dos ativos e como alternativa plenamente adequada ao método do Custo Histórico.
<ul style="list-style-type: none"> • Falta de <i>enforcement</i> tem dificultado a implantação dos métodos de <i>fair value</i> por parte das empresas brasileiras. Sistema <i>Code Law</i> ainda muito apegado a forma sobre a essência.
<ul style="list-style-type: none"> • Falta de entendimento por parte de elaboradores e usuários das demonstrações contábeis dos métodos de avaliação a <i>fair value</i>, percebido pela parcialidade no uso dos critérios normativos.
<ul style="list-style-type: none"> • A subjetividade e julgamento exigidos pelas técnicas de mensuração a <i>fair value</i>, especialmente para ativos cujos mercados não são ativos, tem sido pontos a evoluir.
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Fair value</i> em contextos de crise dos mercados ou em momentos considerados “anormais” coloca em questão o método, uma vez que poderia gerar resultados inconsistentes com a realidade.
<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de melhor discussão no âmbito acadêmico, a fim de formar futuros profissionais da área para lidar com o subjetivismo e o uso de julgamento na prática contábil.
<ul style="list-style-type: none"> • Uso do <i>fair value</i> no mercado financeiro parece estar bem assimilado, especialmente para o mercado de derivativos, por força de norma anterior.
<ul style="list-style-type: none"> • Desafio ao <i>fair value</i> para ativos biológicos e intangíveis, cujos mercados não são ativos e para os quais nem sempre há referência consistente disponível.
<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação do custo histórico para fins de evitar equívocos derivados do subjetivismo irresponsável ou práticas de julgamento inadequadas.

Quadro 1: Pontos relevantes dos estudos sobre *fair value*.

Há um forte posicionamento dos autores em torno da aceitação do *fair value* como método adequado de mensuração de ativos. Porém, paralelo a esse argumento, existe a preocupação manifesta em torno da compreensão dos critérios de mensuração a *fair value* tanto de acadêmicos quanto de profissionais da área contábil, e demonstração de preocupação em relação a necessidade de redução do nível de desconhecimento de preparadores e usuários.

Os níveis de evidenciação por parte das entidades que adotaram o método de mensuração a *fair value* ainda é baixa e com lacunas em termos do que as normas exigem, conforme os estudos de Souza et al. (2011), como no caso de perdas de valor dos ativos. O reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável, conhecido como “*impairment test*”, previstos no CPC 01, ainda não é tão difundido no Brasil quanto o é no exterior, como apontam Zandonai e Borba (2009).

Parte da explicação a esse fenômeno pode residir no fato de serem normas recentes no contexto nacional e de nem todas as normas internacionais terem sido publicadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Por exemplo, nem todas as formas de mensuração a *fair value* são evidenciadas nas normas brasileiras, conforme constam da IFRS 13, cuja aplicação por parte das entidades que adotam as normas internacionais será exigida a partir dos exercícios iniciados em janeiro de 2013, e que ainda não foi editada em norma correlata pelo CPC.

Ademais, a influência do viés tributário ainda permanece sobre a prática dos profissionais contábeis, retardando a aplicação do uso do subjetivismo e julgamento. Conforme destacam Murcia et al (2008), essa questão é ainda complementada pelo fato de o Brasil ser regido por sistema *Code Law* e da necessidade de *enforcement* por parte da Comissão de Valores Mobiliários para a prática do *fair value*.

Seguindo a linha proposta por Barth e Taylor (2010), Cosenza e Laurencel (2011) defendem o *fair value* para a mensuração de ativos, pois o uso do valor justo aproximaria a Contabilidade da Economia. A busca pela “*accounting follows economics*”, ou seja, pela

contabilidade buscando seguir a economia, é também defendida por Múrcia et al. (2008), que defendem que o uso do *fair value*, no entanto, deve respeitar as peculiaridades de cada país.

Tais peculiaridades é um dos pontos que talvez justifique algumas das críticas apontadas por autores que defendem a adequação do *fair value* a contextos inflacionários, por exemplo, como o faz Ayres *et al* (2011), que destacam que a influência da inflação pode trazer problemas ao uso do *fair value* no longo prazo, devendo ser feitos ajustes que corrijam tal problema, o que pode gerar custos que precisam ser ponderados para fins de coerência com o valor da informação.

Fica claro que o debate não se esgota com apontamentos isentos de críticas ao *fair value*. Como destaque cabem as preocupações apontadas por Lustosa (2010) e das críticas ao *fair value* vistas nos estudos de Laux e Leuz (2009) e Ryan (2008), especialmente em contextos de crise e de eventuais peculiaridades do mercado, como a inflação e flutuações consideradas excepcionais por parte da economia. Apesar da preocupação por trás da elevação dos níveis de volatilidades dos mercados por conta do *fair value* ter sido refutada nos estudos de Monteiro e Guevara-Grateron (2006).

De todo modo a aplicação do *fair value* para ativos biológicos (WANDERLEY et al, 2012) e os critérios de evidenciação de perdas de valor recuperável como reflexo da avaliação a *fair value* (RAUPP; BAUREN, 2008; SOUZA *et al*, 2011) ainda não estão totalmente assimiladas. Além da necessidade de discutir no âmbito acadêmico os conceitos e aplicações do *fair value* (MELO *et al*, 2012), cabe ainda muito avanço nas práticas das entidades no que tange ao uso e evidenciação das práticas de *fair value* (MURCIA *et al*, 2008; AYRES *et al*, 2011; SOUZA *et al*, 2011) e do dilema em torno do uso do custo histórico em situações específicas (COSENZA; LAURENCEL, 2011) ainda merecem atenção e devem render estudos futuros e muito debate no âmbito acadêmico e de mercado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mensuração de ativos sempre foi um tema que rendeu discussões e debates acalorados no âmbito acadêmico, e redundou em diversas mudanças nas práticas contábeis, seja por força da imposição de normas ou pela adequação dos princípios normalmente aceitos, sempre a fim de responder a necessidade do mercado por informações confiáveis que reflitam a mais fiel configuração da situação econômica das entidades.

No presente artigo buscou-se verificar o teor das discussões mais recentes publicadas no Brasil em torno do *fair value*, método de mensuração de ativos que busca, ao menos em teoria, aproximar o valor dos ativos da realidade econômica e do contexto contemporâneo dos mercados, rompendo com as fragilidades da defasagem e perda de representatividade do custo histórico.

O objetivo do estudo foi verificar se as discussões no âmbito científico realizados sobre a mensuração a *fair value*, apresentados desde 2006 nos principais periódicos de contabilidade publicados no Brasil apresentam resultados favoráveis ou desfavoráveis a sua aplicação. A escolha do ano de 2006 como corte se deveu ao fato de ter sido neste ano a publicação da minuta para discussão sobre *fair value* pelo FASB/IASB.

A partir da avaliação de conteúdo dos artigos e dos respectivos achados, foi possível perceber que o debate tem sido favorável, mas com manifestação de preocupação por parte

dos pesquisadores em torno de alguns pontos que ainda não estão claros ou não evidentes nas práticas brasileiras.

Existe a preocupação em torno do entendimento conceitual e dos fundamentos práticos do *fair value*. Percebe-se ainda críticas sobre o uso do *fair value* em contextos econômicos específicos e o uso do julgamento e subjetivismo, que não são comuns no contexto brasileiro, podendo levar a práticas indevidas. Ademais, são apontados a necessidade de maior debate no âmbito acadêmico e o não rompimento brusco com métodos baseados em custo histórico.

O presente estudo não se propõe definitivo, mas busca contribuir com o debate em torno do *fair value*, condensando o que foi produzido até então sobre o tema no âmbito brasileiro. O estudo não pode ser generalizado, vez que se rendeu apenas ao conteúdo dos periódicos e não buscou os recentes trabalhos apresentados em congressos científicos. A metodologia não buscou avaliar os instrumentos de pesquisa utilizados pelos autores de modo a verificar a consistência de seus achados. Também não foi feita uma avaliação do nível de impacto dos estudos avaliados, de modo a validar sua relevância no âmbito científico nacional. Tudo isso pode redundar em novos estudos.

Enfim, fica claro que a prática da mensuração a *fair value* ainda não está plenamente assimilada e ainda há muito a discutir e avançar para que de fato se tenha um processo de atendimento ideal da Contabilidade seguindo a Economia. Reside nessa área fértil e amplo espaço para pesquisas futuras, dadas as evidentes lacunas que ainda precisam ser ocupadas nesta área de estudo.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, F.; CARLETTI, E. Mark-to-Market Accounting and Liquidity Pricing. **Journal of Accounting and Economics**, 2008.
- ALMEIDA, M. G. M.; EL HAJI, Z. S. Mensuração e Avaliação do Ativo: uma Revisão Conceitual e uma Abordagem do Goodwill e do Ativo Intelectual. **Caderno de Estudos**, São Paulo: FIPECAFI, v. 9, n. 16, p. 66-83, julho/dezembro, 1997.
- AYRES, R.M.; MIGNONI, T.C.; SILVA, P.R.; SZUSTER, N. O ativo e suas avaliações: a estrutura de mensuração atual reconhece o impacto da flutuação do poder aquisitivo da moeda? **Pensar Contábil**. Rio de Janeiro: CRCRJ, v.13, n.52, p.26-35, set-dez.2011.
- BARBERIS, N., THALER, R. A survey of behavioral finance. **Handbook of the economics of finance**. Amsterdam: Elsevier, v. 1, p. 1053–1128, 1985.
- BARTH, M. TAYLOR, D. In defense of fair value: Weighing the evidence on earnings management and asset securitizations. **Journal of Accounting and Economics**, v. 49, p. 26–33, 2010.
- BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2006.
- COSENZA, J.P.; LAURENCEL, L.C. Análise epistemológica da valoração como constructo para decisões estratégicas: óticas contábil e econômica. **Enfoque: Reflexão Contábil**. Maringá: UEM, v.30, n.3, p.60-78, set-dez.2011.

- CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamentos técnicos contábeis 2011**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012.
- DeBONDT, W.; THALER, R. Does the market overreact? **Journal of Finance**, v. 40, n. 3, p. 793-805, 1985.
- FASB. Statement of Financial Accounting Standards 133 – **Accounting for Derivative Instruments and Hedging Activities**. FASB: 1998.
- FASB. Statement of Financial Accounting Standards 157 – **Fair Value Measurements**. FASB: 2007.
- GUERREIRO, R.; CROZATI, J.; RIBEIRO, M. S. Mensuração de ativos nos relatórios gerenciais de companhias abertas. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 91-107, julho/setembro 2005.
- HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2012.
- HOOGERVORST, H. **The Concept of Prudence: dead or alive?** FEE Conference on Corporate Reporting of the Future on IFRS. Belgium: 2012.
- HOWIESON, B. **Accounting practice in the new millennium: is accounting education ready to meet the challenge?** 2003.
- IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E. Uma investigação e uma proposição sobre o conceito e o uso do valor justo. **Revista Contabilidade e Finanças**. São Paulo, 2007.
- LAUX, C.; LEUZ, C.. The crisis of fair-value accounting: Making sense of the recent debate. **Accounting, Organizations and Society**, 2009.
- LOPES, A. B. Uma análise crítica do arcabouço teórico do SFAS 133: Accounting for Derivative Instruments and Hedging Activities. **Caderno de Estudos FIPECAFI**. São Paulo, v. 11, n. 22, p.16-27, set./dez.1999.
- LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da Contabilidade: Uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2012.
- LUSTOSA, P. R. B. A (In?) Justiça do Valor Justo: SFAS 157, Irving Fisher e Gecon. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2010. **Anais...** São Paulo: FIPECAFI, 2010.
- MARTINS, E.. Avaliação de Empresas: da Mensuração Contábil à Econômica. **Cadernos de Estudos**. São Paulo: FIPECAFI, v.13, n. 24, p. 28-37, julho-dezembro, 2000.
- MARTINS, E.; SANTOS, A. **Alguns pontos da Lei 11.638 e a internacionalização da contabilidade brasileira**. São Paulo: IBEF, 2008.
- MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2009, 2 ed.
- MELO, C. L. L.; VIEIRA, E. R. F. C.; NIYAMA, J. K.; MÓL, A. L. R. Mensuração a valor justo: um estudo sobre a percepção dos professores e profissionais contábeis. **Revista Ambiente Contábil**. Natal: UFRN, v. 4. n. 1, p. 138 – 155, jan./jun. 2012.
- MONTEIRO, J.C.P; GUEVARA-GRATERON, I.R. Impacto de la aplicación del fair value en la volatilidad de la banca brasileña: un estudio empírico. **Contabilidade e Finanças**. São Paulo: USP, n.40, p.102-119, jan-abr.2006.

- MURCIA, F.D.; SILVA, A.C.; BARRETO, E.; CARVALHO, L.N.G. Conjectures Regarding the Adoption of Fair Value Measurements in Brazil. **Revista Contemporânea de Contabilidade**. Florianópolis: UFSC, ano 5, v.1, p.11-28, jan-jun.2008.
- OLIVEIRA, E. B.; MURCIA, F. D.; LIMA, I. S. Impacto da mensuração pelo valor justo na crise financeira mundial: Identificando a percepção de especialistas em economia e finanças. Congresso USP. **Anais...**2010.
- PENMAN, S. H. Financial reporting quality: is fair value a plus or a minus? **Accounting and Business Research**. 2007.
- PLANTIN, G. E; SAPRA, H.; SHIN, H. S. Marking-to-Market: Panacea or Pandora's Box? **Journal of Accounting Research**, v. 46, n. 2, 2008.
- RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Proposta de mensuração de ativos imobilizados por meio do fair value e do impairment test. In: 6º Congresso de Controladoria e Contabilidade, 2006, São Paulo. **Anais...**São Paulo: USP, 2006.
- RYAN, S. G., Accounting in and for the Subprime Crisis. **Accounting Review**, 2008.
- SEC - Securities and Exchange Commission Spotlight On: **Fair Value Accounting Standards**, SEC: 2008.
- SOUZA, M.M.; BORBA, J.A. UHLMANN, V.O. Valor justo: uma verificação das informações divulgadas por empresas de capital aberto brasileiras. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**. Rio de Janeiro: UERJ, v.16, n.3, p.99-114, set-dez.2011.
- TINOCO, J. E. P. Avaliação Patrimonial em Contabilidade á Valores de Entrada e Saída. **Caderno de Estudos**. São Paulo: FIPECAFI, n. 6. 1992.
- WANDERLEY, C.A.N.; SILVA, A.C.; LEAL, R.B. Tratamento contábil de ativos biológicos e produtos agrícolas: uma análise das principais empresas do agronegócio brasileiro. **Pensar Contábil**. Rio de Janeiro: CRCRJ, v.14, n.53, p.53-62, jan-abr.2012.
- ZANDONAI, F. BORBA, J.A. O que dizem os achados das Pesquisas Empíricas sobre o teste de impairment: uma análise dos Journals em língua inglesa. **Contabilidade, Gestão e Governança**. Brasília, v.12, n. 1, p.24-34, jan-abr.2009.